XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

"E TEM INDÍGENA AQUI?" – UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O APAGAMENTO HISTÓRICO, CULTURAL E SIMBÓLICO DO POVO INDÍGENA KIXELÔ KARIRI DO INTERIOR CEARENSE À LUZ DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

João Pedro Araújo Holanda[1], Moádylla Gabriella Sobreira de Oliveira[2], Maria Eugênia Melo de Lavor[3], Natália Nogueira Viana[4]

RESUMO. A história do Ceará contribuiu para a construção de narrativas que associam os povos indígenas ao passado, invisibilizando sua presença, cultura e resistência na sociedade contemporânea. Nesse contexto, o presente trabalho busca compreender os processos de apagamento histórico, cultural e simbólico dos povos indígenas no interior cearense, considerando seus impactos no reconhecimento dos direitos fundamentais. A pesquisa justifica-se pela necessidade de problematizar a ideia de desaparecimento indígena, historicamente utilizada para legitimar a expropriação territorial e a marginalização social desses povos, cujas identidades e formas de organização permanecem submetidas a processos de invisibilização. O objetivo geral consiste em analisar como o apagamento histórico-cultural e simbólico contribui para a invisibilização das identidades indígenas e para a fragilização do reconhecimento de seus direitos. Especificamente, pretende-se explicar as relações entre colonização, colonialidade, expropriação territorial e marginalização social, identificar mecanismos de silenciamento das memórias e culturas indígenas, compreender a construção histórica das narrativas de desaparecimento indígena no Ceará e relacionar esses processos ao reconhecimento da identidade, da cultura, da vida e da dignidade humana. Trata-se de uma pesquisa básica e exploratória, de abordagem qualitativa e bibliográfica-documental, que utiliza o método de procedimento histórico para compreender a presença e a resistência indígena do povo Kixelô Kariri no interior do Ceará. Na discussão preliminar, observa-se que a declaração de extinção dos povos indígenas no Ceará, presente em relatório provincial de 1863, contribuiu para consolidar uma narrativa de desaparecimento que favoreceu interesses fundiários e se perpetuou na historiografia e na memória coletiva. Entretanto, os estudos analisados demonstram que esses povos não foram sujeitos passivos diante da colonização, tendo desenvolvido estratégias de resistência, negociação e manutenção de suas práticas culturais. Além disso, o reconhecimento constitucional dos direitos indígenas, especialmente nos arts. 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, representou um avanço, embora sua efetivação material permaneça um desafio. Conclui-se, preliminarmente, que o apagamento indígena constitui uma construção histórica e política, cujos efeitos persistem na invisibilização desses povos e na dificuldade de concretização de

[1] Bacharelando em Direito pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: joao.adnaloh@urca.br
[2] Bacharelanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri, e-mail: moadylla.oliveira@urca.br
[3] Bacharelanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri, e-mail:eugenia.melo@urca.br
[4] Mestra pela UFERSA, Professora da URCA, e-mail: natalia.nogueira@urca.br

seus direitos. e fortalecer a proteção dos direitos fundamentais dos povos indígenas no interior cearense.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Povo Kixelô Kariri. Ceará. Direitos Fundamentais.